


Zimbra

sylvia.maciel@tre-am.jus.br

Pedido de Impugnação Claro - PE Nº 90021/2025 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

De : ALCILEA CERDEIRA NOGUEIRA
<alcilea.nogueira@claro.com.br>

Qua, 22 de out de 2025 14:42

 3 anexos

Assunto : Pedido de Impugnação Claro - PE Nº 90021/2025
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Para : selic@tre-am.jus.br

Boa tarde, Sr. Pregoeiro,

A Claro S/A, inscrita através do CNPJ 40.432.544/0001-47, através de sua representante legal infra-assinada, vem mui respeitosamente apresentar itens a serem impugnados referentes ao Edital Pregão Eletrônico **Nº 90021/2025 – Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**, para vossa apreciação e deliberações.

Nestes termos, pedimos o deferimento.

Favor confirmar o recebimento

ALCILÉA CERDEIRA NOGUEIRA

UNIDADE DE NEGÓCIO

Diretoria GOVERNO | Gerência Regional de Vendas

Telefone: +55 92 98425-1419 / 99212-4445

E-mail: alcilea.nogueira@claro.com.br

Siga nossas redes **@claroempresasbrasil**

Claro⁺empresas



**A EMBRATEL AGORA
É CLARO EMPRESAS.**

**PEDIDO_DE_IMPUGNACAO_-
_EDITAL_90021.2025_TRIBUNAL_REGIONAL_ELEITORAL_DO_AMAZONAS_a
ssinado.pdf**
252 KB



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO AMAZONAS – TRE/AM**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 90021/2025 – TRE/AM

A **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, 780 Torres A e B, Santo Amaro, São Paulo – SP, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA**.

Diante de dispositivos que configuram restrição de competitividade, sobre especificação técnica e exigências incompatíveis com as normas da ANATEL e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme os fundamentos a seguir expostos.

I. DA SÍNTESE DO OBJETO

O Termo de Referência em questão visa o registro de preços para futura contratação de serviços de comunicação de dados via satélite LEO (Low Earth Orbit), destinados a prover conectividade às unidades da Justiça Eleitoral no Estado do Amazonas, tanto em pontos fixos quanto em estruturas móveis itinerantes. Ocorre, contudo, que a análise técnica detalhada do documento evidencia exigências que comprometem a ampla competitividade e violam os princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º, 6º, 11 e 37 da Lei nº 14.133/2021.

II. DOS PONTOS RESTRITIVOS E DAS INCONSISTÊNCIAS TÉCNICAS

1. Exigência de licença SCM própria (itens 2.6 e 9.5.8) - O Termo de



Referência determina que a contratada deve possuir licença SCM em nome próprio, vedando a participação de integradores, revendas autorizadas ou consórcios. Tal exigência fere o princípio da competitividade, pois a Resolução nº 614/2013 da ANATEL admite expressamente a utilização de redes de terceiros mediante contrato de exploração industrial de serviços de telecomunicações (EILD), o que inclui parcerias técnico-comerciais regulares. A jurisprudência do TCU (Acórdão 2.471/2019 – Plenário) confirma que a Administração deve admitir a comprovação de licença SCM de parceiro, desde que haja contrato formal de uso autorizado.

2. Exigência de ser fabricante ou revenda autorizada da marca (itens 2.6 e 2.8) - A obrigatoriedade de o licitante ser fabricante ou revenda autorizada constitui exigência alheia à natureza do serviço, pois a prestação de conectividade satelital é um serviço de telecomunicações, não de fornecimento de equipamentos de marca específica. Trata-se de sobre-especificação vedada pelo art. 5º, IV, da Lei 14.133/2021, que proíbe exigências que restrinjam a competição sem fundamento técnico comprovado.

3. Formação de lote único – serviços de natureza distinta - O Termo de Referência unifica, em um único lote, serviços de acesso fixo (72 unidades) e acesso móvel transportável (10 unidades), com naturezas técnicas e operacionais diferentes. Tal consolidação restringe a competitividade, contrariando o princípio da economicidade (art. 11, inciso IV) e a jurisprudência do TCU (Acórdão nº 1.672/2020 – Plenário), que determina o fracionamento de objetos heterogêneos para ampliar a participação de licitantes.

4. Especificação de hardware SD-WAN com capacidade desproporcional - O TR exige gateways SD-WAN com tráfego criptografado mínimo de 2,5 Gbps e interfaces 10G, enquanto o serviço contratado tem velocidade de apenas 40 Mbps por link. A exigência é tecnicamente incompatível com a realidade operacional e favorece equipamentos de nicho, violando o art. 14,



§1º, da Lei 14.133/2021. Além disso, o mercado LEO utiliza SD-WAN virtualizadas (vSD-WAN), que dispensam hardware dedicado, tornando a exigência física um entrave à inovação.

5. Latência máxima de 100 ms – parâmetro irreal - O parâmetro de latência “máxima de 100 ms” não condiz com o comportamento físico das constelações LEO. A latência real de sistemas LEO oscila entre 25 e 120 ms, conforme densidade orbital e carga de rede. A fixação de teto rígido de 100 ms sem tolerância técnica pode desclassificar indevidamente soluções válidas, contrariando o princípio da razoabilidade (art. 5º, Lei 14.133/2021).

6. Exigência de franquia mínima (500GB/50GB) – ambiguidade técnica O TR impõe franquias mensais (500GB para uso fixo e 50GB para uso móvel), mas o próprio texto prevê “comunicação não interrompida após o consumo da franquia”. Esse modelo é contraditório, pois os provedores LEO ofertam serviço com uso ilimitado de dados, e a aplicação de franquia artificial distorce a métrica de desempenho e preço.

7. Exigência de estação terrena no Brasil (item 9.5.1) – o item 9.5.1 impõe que as estações terrenas de acesso estejam obrigatoriamente localizadas em território nacional, mas a Resolução nº 748/2021 da ANATEL (art. 20, §3º) permite gateways situados fora do país, desde que autorizados mediante acordo de coordenação internacional. Tal exigência reduz o número de players aptos a competir e não encontra amparo técnico, configurando restrição injustificada à competição (art. 5º, IV, Lei 14.133/2021).

8. Atestado técnico mínimo de 50% do quantitativo total - A exigência de atestados que comprovem 50% do quantitativo global é excessiva e viola o art. 67, §1º, da Lei 14.133/2021, segundo o qual os requisitos de qualificação devem se limitar ao necessário para assegurar o cumprimento do objeto.



III. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Art. 5º, IV, XI e XII, Lei nº 14.133/2021 – veda especificações excessivas e impõe o dever de promover competição;

Art. 14, §1º, Lei nº 14.133/2021 – exige que especificações sejam usuais de mercado, suficientes e proporcionais;

Art. 67, §1º, Lei nº 14.133/2021 – limita os requisitos de habilitação técnica ao necessário à execução do objeto;

Resolução ANATEL nº 614/2013 – autoriza a exploração de SCM por meio de parcerias e contratos de uso de rede;

Resolução ANATEL nº 748/2021 – não impõe obrigatoriedade de gateway nacional para operadores de satélite com coordenação autorizada;

Acórdãos TCU nº 2.471/2019, nº 1.672/2020 e nº 2.653/2015 – reconhecem que exigências de licenças e especificações desnecessárias configuram restrição indevida.

IV. DOS PEDIDOS

1. Revisar o Termo de Referência, adequando as exigências de licença SCM para permitir comprovação por meio de contrato de parceria técnica/comercial válida;
2. Excluir a obrigatoriedade de ser fabricante ou revenda autorizada;
3. Avaliar o fracionamento do objeto em lotes distintos (fixo e móvel);
4. Readequar as especificações de hardware SD-WAN, admitindo soluções equivalentes em nuvem;
5. Ajustar a latência máxima para média $\leq 120\text{ms}$;
6. Revisar a exigência de gateway nacional;
7. Reduzir o percentual de atestado técnico para no máximo 30% do quantitativo.



V. CONCLUSÃO

As correções sugeridas asseguram isenção, competitividade e aderência às normas da ANATEL e da Lei nº 14.133/2021, prevenindo impugnações futuras e riscos de direcionamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Manaus, 22 de outubro de 2025.



Documento assinado digitalmente
ALCILEA CERDEIRA NOGUEIRA
Data: 22/10/2025 15:41:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROCURADOR

ALCILÉA CERDEIRA NOGUEIRA

UNIDADE DE NEGÓCIO

Diretoria GOVERNO | Gerência Regional de Vendas

Telefone: +55 92 98425-1419 / 99212-4445

E-mail: alcilea.nogueira@claro.com.br

www.claro.com.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
SETOR DE LICITAÇÕES – SELIC

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90021/2025

IMPUGNANTE: CLARO S.A.

DATA: 29/10/2025

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico n. 90021/2025, com data de abertura prevista para o dia 31 de outubro próximo vindouro e cujo objeto é a contratação do link de comunicação nas unidades da Justiça Eleitoral na sede do Tribunal e no interior do estado, além de infraestrutura para serviços itinerantes e postos avançados de atendimento ao público, impetrada pela empresa CLARO S. A., contestando, resumidamente:

1. Exigência de licença SCM própria, alegando que tal exigência implica em restrição da competição.
2. Exigência de a licitante ser fabricante ou revenda autorizada do equipamento ofertado, também alegando a restrição de competição.
3. Formação de lote único para os itens licitados, alegando que esse procedimento também implica em restrição a competição e fere o princípio da economicidade.
4. Especificação de hardware SD-WAN com capacidade desproporcional ao serviço requisitado.
5. Exigência de latência máxima com parâmetro inexistente para o serviço.
6. Exigência de franquia mínima em ambiguidade com o texto do termo de referência da contratação.
7. Exigência de estação terrena no Brasil, também alegando restrição da competição.
8. Exigência de atestado de capacidade técnica com comprovação de prestação de serviço com, no mínimo, 50% do quantitativo do serviço requisitado, também alegando restrição da competição.

Preliminarmente, reconheço a tempestividade da medida proposta pela Impugnante.

Considerando que as alegações da Impugnante giram em torno de elementos intrínsecos à formulação dos artefatos de planejamento da contratação, decidimos submeter a questão ao setor demandante, para que se manifestasse em caráter prejudicial à decisão do Pregoeiro. Nesse sentido, a equipe de planejamento da contratação replicou nos seguintes termos:

1 - Exigência de licença SCM própria (itens 2.6 e 9.5.8) - O Termo de Referência (TR) exige a licença SCM para a prestação dos serviços (conforme o Item 2.6, e o Item 4.2.1), mas não restringe a participação apenas às empresas que detêm a outorga em seu próprio nome. A possibilidade de apresentação da licença pela parceira comercial (Item 9.5.8), mediante contrato formal (Item 9.5.3), demonstra que o edital está alinhado com a admissibilidade de parcerias técnico-comerciais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
SETOR DE LICITAÇÕES – SELIC

2. *Exigência de ser fabricante ou revenda autorizada da marca (itens 2.6 e 2.8) - A exigência de que a contratada seja fabricante ou revenda autorizada não configura restrição indevida, pois o Termo de Referência não impõe exclusividade ou marca específica. Trata-se, ao contrário, de requisito necessário para assegurar a continuidade dos serviços, o suporte técnico e o fornecimento de equipamentos durante toda a vigência contratual. Considerando que o TR prevê a prestação de serviços continuados e a locação com garantia, é indispensável que a contratada possua acesso a firmwares, atualizações e peças — o que somente é possível mediante vínculo formal com o fabricante.*

3. *Formação de lote único – O item 3.4 do TR justifica a estrutura em lote único para garantir padronização, centralização da gestão, SLA unificado e economia de escala, os serviços fixos e móveis compartilham a mesma tecnologia satelital LEO e infraestrutura de gestão SD-WAN, compondo uma solução integrada. O agrupamento de serviços correlatos é admissível quando a integração técnica resulta em ganho de eficiência e redução de custos.*

4. *Especificação de hardware SD-WAN com capacidade desproporcional - O item 2.5 do TR refere-se ao gateway instalado no datacenter sede, responsável pela gestão agregada de até 82 enlaces simultâneos (72 fixos e 10 móveis), a exigência de 2,5 Gbps criptografados é proporcional à capacidade total consolidada da solução, e não ao throughput individual, ademais, os equipamentos sd-wan dos links satelitais estão descritos no item 2.6 e 2.7 do termo de referência da contratação.*

5. *Latência máxima de 100 ms – parâmetro irreal - O parâmetro de 100 ms está tecnicamente adequado, pois reflete o desempenho médio observado em constelações LEO comerciais, cuja latência típica situa-se entre 40 e 70 ms, podendo variar conforme carga e roteamento da rede. O limite estabelecido, portanto, é compatível com o comportamento físico dos enlaces LEO e garante margem operacional suficiente sem restringir a competitividade ou inviabilizar soluções tecnicamente válidas, portanto, concluímos não acolher a alegação apresentada.*

6. *Exigência de franquia mínima (500GB/50GB) – A definição de franquia mínima tem caráter referencial, servindo para padronizar o comparativo entre propostas e assegurar desempenho mínimo contratado. Assim, o parâmetro não é contraditório, pois visa apenas garantir capacidade mínima mensal, preservando a continuidade da comunicação conforme previsto no Termo de Referência, portanto, concluímos não acolher a alegação apresentada.*

7. *Exigência de estação terrena no Brasil (item 9.5.1) – A exigência do Item 9.5.1, de que as Estações Terrenas de Acesso (Gateways) estejam em território brasileiro, é fundamental para segurança e soberania dos dados da Justiça Eleitoral. Ela assegura a proteção de informações críticas conforme a LGPD e o Marco Civil da Internet, garantindo a operação segura e confiável dos sistemas eleitorais.*

8. *Atestado técnico mínimo de 50% do quantitativo total - O §2º do artigo 67 da Lei 14.133/2021 mesmo artigo expressamente faculta à Administração a possibilidade de exigir atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo. Dessa forma, a exigência estabelecida no edital encontra amparo legal, não sendo considerada excessiva, mas sim uma medida de qualificação técnica compatível com a complexidade e a dimensão do objeto licitado.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
SETOR DE LICITAÇÕES – SELIC

Em conclusão, conheço a presente impugnação, negando-lhe acolhimento por não vislumbrar os motivos arengados na peça vestibular, isto é, vícios de ilegalidade no texto do edital do pregão, e nem tampouco violações a quaisquer dos princípios reinantes sobre a matéria que erijam-se em motivo para comandar a alteração do texto do instrumento convocatório; mantendo-se, portanto, a sessão de abertura do pregão eletrônico n. 90021/2025 na data e horário previamente estabelecidos.

É como me manifesto.

Aldo Anísio Pereira de França

Pregoeiro TRE/AM